

## **Eixo 6 - Direito às Artes e Linguagens Digitais**

O Eixo 6 – Direito às artes e linguagens digitais cria um espaço de diálogo, reflexão e construção coletiva acerca do papel das artes em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes, e do acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia na contemporaneidade. Incluindo também o debate sobre o papel do Estado brasileiro e seus entes federados na construção de políticas públicas para o desenvolvimento das redes produtivas dos setores das artes no Brasil.

Pensar a arte como forma de manifestação do simbólico, como uma ação humana vinculada essencialmente ao cenário cultural, é perceber que é possível vislumbrá-la por meio de múltiplas linguagens e pelo diálogo transversal entre suas inúmeras expressões. A valorização do fazer artístico não é a única preocupação de políticas culturais, mas pode, e deve, ter um lugar importante no debate geral, proporcionando a ênfase ao estético e ao simbólico dentro do direito à Cultura. É mais do que relevante observar as novas necessidades e dinâmicas de produção e de garantia de circulação e fruição das múltiplas linguagens artísticas no país, inclusive, levando em consideração as particularidades setoriais e regionais.

Observar essa diversidade de cenários e assimetrias é também olhar para as necessidades do artista-cidadão, da construção de garantias e normatizações que garantam direitos (inclusive trabalhistas) aos artistas.

A interseção entre arte e tecnologias digitais não é nova, há muito já proporciona inovações na estrutura de criação. Contudo, é especialmente importante avaliar o impacto do desenvolvimento tecnológico no fomento à produção, na circulação de produções, na valorização do trabalhador-artista, na preservação da memória das artes e na relação com os públicos na sociedade contemporânea. Afinal, há que se considerar a potencialidade de ampliação do acesso por meio de novas tecnologias, mas que convivem com a assimetria de inclusão digital em nosso país, ou com a entrada de novos agentes e plataformas nos circuitos de produção cultural locais, questões que geram maior concentração econômica e reforçam desequilíbrios.

Ainda sobre este tema, é especialmente potente debater o vínculo entre arte, cultura e educação, valorizando o ensino formal das artes na educação básica, profissional e superior, assim como as ações educativas não-formais. Trata-se do

estímulo à criatividade, à expressão, ao pensamento crítico e à ampliação do repertório cultural da população brasileira, especialmente de crianças e jovens.

Dessa forma, este eixo trata do fortalecimento do papel do Estado brasileiro e de seus entes federativos na construção de políticas públicas para a garantia do direito às artes e às linguagens digitais. É responsabilidade do Estado, com participação da sociedade, promover o desenvolvimento de suas redes produtivas de forma contínua e equilibrada entre a produção, a circulação e a fruição, envolvendo artistas, grupos, coletivos artísticos, espaços culturais e públicos.

Ao final das 149 conferências municipais e 10 conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 483 propostas relativas ao eixo 6, estando disponibilizadas integralmente em material viabilizado através do site da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. As palavras-chave dos temas citados nas propostas enviadas são: acervo, direitos autorais, acessibilidade, conteúdos digitais, gratuidade, internet, acesso à informação, acesso à internet, espaço multimídia, inclusão digital, letramento digital, vale internet, acesso aos meios digitais, audiovisual, conselho regional de cultura, criação de meio digital, democratização do acesso, descentralização, difusão, editais, cadastro único, política pública, educação, equipamento público, modernização, capacitação de agentes de cultura, universo gamer, livro digital, participação popular, orçamento, TV educativa local, trabalhadores da cultura, intercâmbio, legislação, linguagens digitais, mapeamento, redes, espaço multimídia, plataformas, *streaming*, cultura geek, entre outros temas.

A lista a seguir apresenta a síntese das propostas apresentadas à Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cultura:

1	Acervo, a digitalização para a preservação do patrimônio cultural.
2	Acessibilidade e aqui falamos em eventos, cursos, informações e tudo relacionada a arte digital.
3	Criação de espaços – Casas Digitais, Museus, Espaços para artes etc.
4	Acesso a espaço multimídia, que garantiria internet e linguagens digitais.
5	Fomento: Estímulos aos trabalhos com artes digitais nas escolas.
6	Identificar, valorizar e promover o intercâmbio de produção artística no estado.
7	Legislação: direitos previdenciários aos artistas e fazedores de cultura.

8	Direitos autorais, pensando em uma legislação que proteja os artistas considerando IA.
9	Criação de um portal interativo ao nível nacional que integre todos os bancos de dados de mapeamentos culturais dos estados.
10	Criação de uma plataforma digital, rede social que reúna o conteúdo e tenha espaço para lives.
11	Orçamento, incentivo, recursos e investimentos em artes digitais, para desenhistas, e profissionais do mercado.
12	Eventos e exposições de música, artes digitais, e manifestações artísticas.
13	Piso orçamentário de até 2% destinado ao setor cultural.
14	Descentralização de recurso do eixo Rio – São Paulo.
15	Criação de cursos voltando para capacitação em toda linguagem de arte digital.